

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

# DOS ESTIGMAS HISTÓRICOS À AUTODECLARAÇÃO DA DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO COM UNIVERSITÁRIOS

Lúcia Pereira Leite, Leonardo Santos Amâncio Cabral, Ana Paula Camilo Ciantelli

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.8233>

Submetido em: 2024-03-12

Postado em: 2024-03-12 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

## DOS ESTIGMAS HISTÓRICOS À AUTODECLARAÇÃO DA DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO COM UNIVERSITÁRIOS

LÚCIA PEREIRA LEITE<sup>1</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2401-926X>  
<[lucia.leite@unesp.br](mailto:lucia.leite@unesp.br)>

LEONARDO SANTOS AMÂNCIO CABRAL<sup>2</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3520-3687>  
<[leonardocabral@ufscar.br](mailto:leonardocabral@ufscar.br)>

ANA PAULA CAMILO CIANTELLI<sup>3</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3605-6009>  
<[aninhaciantelli@gmail.com](mailto:aninhaciantelli@gmail.com)>

<sup>1</sup> Universidade Estadual Paulista. Bauru, São Paulo (SP), Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, São Paulo (SP), Brasil.

<sup>3</sup> Universidade Estadual Paulista. Bauru, São Paulo (SP), Brasil.

**RESUMO:** As múltiplas compreensões circulantes sobre a deficiência têm incitado, na perspectiva histórico-cultural, revisões críticas inclusive no âmbito da Educação Superior. Frente a esse desafio, a pesquisa em tela visou identificar e analisar, no contexto de duas instituições públicas brasileiras da Educação Superior, as concepções de deficiência especificamente de 81 universitários (graduação e pós-graduação) que se autodeclararam com essa condição. Por meio da aplicação de um questionário online de caracterização, somado à Escala Intercultural de Concepções de Deficiência (EICD), a análise estatística dos dados coletados revelou a tendente concordância dos participantes às concepções biológica e social da deficiência, ainda que a concepção metafísica tenha sido identificada. Portanto, o estudo desvela um complexo e necessário debate sobre o fenômeno socioantropológico da deficiência, com potencial interface de todas as áreas do conhecimento, com o escopo de fomentar o reconhecimento e a legitimação dos direitos cidadãos dos sujeitos com deficiências. Tensiona-se, ainda, sobre a autodeclaração para definição da condição de deficiência.

**Palavras-chave:** Deficiência, Psicologia, Educação Superior.

### FROM HISTORICAL STIGMA TO SELF-DECLARED DISABILITY: A STUDY WITH UNIVERSITY STUDENTS

**ABSTRACT:** The multiple current understandings of disabilities have incited, in the historical-cultural perspective, critical revisions in the Higher Education scope. Facing this challenge, the present research aimed at identifying and analyzing, in the context of two Brazilian public institutions of Higher Education, multiple conceptions of disability, specifically from the point of view of 81 university students (graduation and post-graduation) who declared themselves as being disabled. Through an online questionnaire, together with the Intercultural Scale of the Conceptions of Disability (ISCD), the statistical analysis of

the collected data revealed a trend of the participants' agreement regarding the biological conceptions of social disability, even though the metaphysical conception was also identified. Therefore, the study reveals a complex and necessary debate over the socio-anthropological phenomenon of disability encompassing all areas of knowledge, with the goal of promoting the recognition and legitimation of the rights of people with disabilities as citizens. There is also tension on the self-declaration to define the condition of disability at the university.

**Keywords:** Disability, Psychology, Higher Education.

## **DE LOS ESTIGMAS HISTÓRICOS A LA DISCAPACIDAD AUTODECLARADA: UN ESTUDIO CON ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS**

**RESUMEN:** Desde una perspectiva histórico-cultural, las múltiples comprensiones circulantes sobre la discapacidad han suscitado revisiones críticas, incluso en el ámbito de la enseñanza superior. Frente a este desafío, esta investigación tuvo como objetivo identificar y analizar, en el contexto de dos instituciones públicas brasileñas de enseñanza superior, las concepciones de discapacidad específicamente sostenidas por 81 estudiantes universitarios (de grado y posgrado) que declararon tener esta condición. El análisis estadístico de los datos recogidos reveló que los participantes tendían a estar de acuerdo con las concepciones biológica y social de la discapacidad, aunque se identificó la concepción metafísica. Por lo tanto, el estudio revela un debate complejo y necesario sobre el fenómeno socioantropológico de la discapacidad, con una potencial interfaz entre todas las áreas del conocimiento, con el objetivo de promover el reconocimiento y la legitimación de los derechos ciudadanos de las personas con discapacidad. También existe tensión en torno a la autodeclaración para definir la condición de discapacidad.

**Palabras clave:** Discapacidad, Psicología, Enseñanza Superior.

## **INTRODUÇÃO**

O desenvolvimento das sociedades ao longo da história da humanidade foi permeado por expressivas influências filosóficas, antropológicas, biológicas, culturais, econômicas, políticas, etnográficas, relacionais e psicológicas. Esse processo repercutiu em mudanças no comportamento individual e no trato da sociedade com os sujeitos que a constituem (Barrett, 2015; Mello, 2015; Pleger, 2019).

A construção sócio-histórica e cultural de critérios e processos subjetivos de identificação de diferenças individuais e coletivas, da compreensão de normalidade, deficiências e corporeidades, atualmente tem fomentado dilemas morais e éticos nas diversas esferas sociais. Isso tem ocorrido, inclusive, em todos os níveis, etapas e modalidades educacionais (Pessotti, 1984; Silva, 1986; Canguilhem, 2009; González Rey, 2013).

Nessa arena, pesquisas recentes têm indicado que a Educação Superior, contexto historicamente balizado pela competitividade, frequentemente tem sido demarcada por atitudes sociais nem sempre positivas. Isso é notado particularmente em relação aos grupos sociais que conferem

multiplicidades subjetivas estigmatizadas, como no caso, aquelas por estarem classificadas na condição de pessoas com deficiência (Barembli, 2002; Valdés, 2006; Chomsky, 2017; Cabral, 2018).

Defendemos que, em uma sociedade competitiva, medicalizada e positivista, a separação entre a história, a psicologia, a filosofia, a antropologia e as outras ciências que procuram entender o homem em movimento prejudica a potencial superação de situações de discriminação negativa. Esse hiato pode tanto empobrecer de elementos o exercício da compreensão da complexidade empírica, histórica, cultural e social, quanto reforçar concepções e práticas estritamente descritivas, indutivas e operacionalizáveis.

Nesse ínterim, ainda que Chudnovsky (1988, p. 15) tenha alertado que “não se pode deixar de reconhecer que, no curso de muitas décadas, o problema da subjetividade em nossa ciência e na prática social foi subvalorizado”, é fundamental que tragamos à tona os atravessamentos da experiência humana individual e coletiva.

Importa, assim, que esse processo seja atrelado à história social, seus caracteres simbólicos, psíquicos, culturais, ontológicos e epistemológicos, na busca pela confrontação de teorias, pelo rompimento de dogmas teóricos e pela transposição do recorrente determinismo externo (Vygotsky, 1997).

Por outro lado, González Rey (2012) cooperou em defesa da subjetividade social como sendo “espaços sociais se configuram e reconfiguram de forma permanente e por diferentes vias, sendo uma delas as próprias configurações subjetivas das pessoas que compartilham práticas sociais em seu interior” (p. 182).

O presente artigo, porém, alicerça-se sobre os pressupostos sócio-histórico-culturais, por compreendermos que o desenvolvimento de um sujeito condiciona as influências externas sobre sua própria subjetividade. Esse processo é descrito por Bock (2004) como fenômeno psicológico, o qual se desenvolve ao longo do tempo, atrelado à história humana, elaborado no nível individual e com base na participação de um mundo social simbólico. Nas palavras da autora, a subjetividade, que é particular à condição humana, é

[...] concebida como algo que se constituiu na relação com o mundo material e social, mundo este que só existe pela atividade humana. Subjetividade e objetividade se constituem uma à outra sem se confundirem. A linguagem é mediação para a internalização da objetividade, permitindo a construção de sentidos pessoais que constituem a subjetividade (Bock, 2004, p. 6).

Nessa perspectiva, os marcadores históricos alcançam a esfera subjetiva, contribuindo com a construção e a representação social de conceitos e suas derivadas concepções em uma dada cultura. É o que atravessa os contextos daqueles que, atualmente, são internacionalmente tidos como “pessoas com deficiência”. Por apresentarem corpos e subjetividades com atributos físicos, sensoriais, intelectuais e/ou comportamentais que demarcam diferenças estigmatizantes, predomina sobre esses sujeitos uma desvalorização coletiva respaldada pelo atrelamento de suas representações à concepção de incapacidade e/ou inferioridade. Assim, os conceitos e as concepções de deficiências historicamente concebidas foram e estão sendo hibridamente arrastadas para as diversas esferas, impactando sobre a legitimação de direitos cidadãos e desenhando a história contemporânea sob riscos de discriminação negativa.

No entanto, para subsidiarmos possíveis análises sobre as concepções de deficiência circulantes nas Instituições da Educação Superior brasileiras, faz-se necessária uma breve sistematização contextual, com base em constructos históricos da Educação e da Psicologia.

## **CONCEPÇÕES DE DEFICIÊNCIA E A EDUCAÇÃO SUPERIOR: DA ANTIGUIDADE AOS DIAS ATUAIS**

Em uma perspectiva histórica, cultural e econômica, importa que visualizemos retratos contextuais, suas respectivas concepções e atitudes sociais predominantes em relação à deficiência, ponderando-se os cuidados necessários para divisões temporais e análises dos fatos (Le Goff, 2015).

Na Idade Antiga ou Antiguidade (4000 a.C. a 476 d.C.), a economia predominantemente agrícola incitava que as pessoas com deficiência fossem socialmente e culturalmente concebidas em uma perspectiva mítica, transcendental e/ou religiosa, culminando em atitudes de sua desumanização e extermínio (Pessotti, 1984; Amaral, 1998).

Entre a queda do Império Romano do Ocidente (476 d.C.) e a tomada de Constantinopla (capital do Império Bizantino) pelos turcos-otomanos (1453 d.C.), período composto por quatro fases da Idade Média, os registros históricos indicam, em suas duas primeiras fases, a predominância da concepção religiosa de deficiência, mas ainda fundamentando atitudes sociais de rejeição e de extermínio.

No espectro das duas fases subsequentes (Antiguidade Tardia - século V ao século VIII; e Alta Idade Média - séculos VIII, IX e X), destacamos a criação da primeira instituição de Educação Superior do mundo: a Universidade Ez-Zitouna. Situada na Tunísia (Oriente Médio), foi instituída em 737, na perspectiva da Teologia. Na Europa Ocidental, por sua vez, a Universidade de Bolonha, na Itália, fundada em 1088, demarca seu registro como a primeira instituição de Educação Superior do Ocidente.

Naquele contexto, a carta encíclica *Parens Scientiarum*, do Papa Gregório IX, no século XIII, legitimou a universidade enquanto instituição eclesiástica. Segundo Pernoud (1996), o pensamento escolástico medieval permeava os estudos mais avançados das universidades em todas as suas áreas de investigação, desde o direito canônico e a medicina à teologia, astronomia, lógica, retórica, filosofia natural (metafísica e física e artes). Isso pode explicar parte dos motivos de a deficiência ter sido representada por concepções religiosas e filosóficas, acrescidas gradualmente da concepção científica (biomédica), e das atitudes entre rejeição / extermínio, superproteção / assistencialismo e cientificação.

A Idade Moderna (1453 d.C. a 1789 d.C.), por sua vez, foi constituída por muitos elementos históricos: a queda do Império Romano do Ocidente (tomada de Constantinopla pelos turcos); as transformações na cultura, religião, política e economia da Europa Medieval; a Revolução Francesa; a centralização do poder; a transição do feudalismo para indícios de capitalismo; o rompimento das bases da Igreja Católica; as reformas religiosas (Igrejas Luterana, Calvinista Protestante e Anglicana)<sup>1</sup>; o Humanismo e o Renascimento (Silva, 1986).

---

<sup>1</sup> Em 1502, a Universidade Martinho Lutero de Halle-Wittenberg, em Sacro-Império Romano-Germânico (atual Alemanha), foi um dos bastiões da Reforma Protestante na Europa, ao lado das universidades majoritariamente calvinistas: Universidade de Heidelberg (Palatinado Renano), Universidade da Basileia e da Universidade de Genebra.

Nessa conjuntura o sujeito deixa de ser visto como servo da religião, e passa à busca do inventar, pesquisar, indagar, provocando avanço nas ciências e nas artes. Com isso, reflexos de tais mudanças incidem na concepção de deficiência, que é acrescida de atitudes que culminaram em pesquisas e tratamentos clínicos, pois:

passa a ser compreendida em seu caráter biológico, no qual o sujeito com deficiência é visto como culpado por sua condição, sendo necessária a criação de institucionalizações especiais como locais de “cura” desse corpo “anormal”, locais estes que segregavam e tratavam esses sujeitos de forma desumana (Aranha, 2001).

A Idade Contemporânea (1799 d.C. aos dias atuais) traz diferentes concepções de deficiência. Em sua primeira fase (séculos XVIII e XIX), com o fim do absolutismo seguido pela abertura à participação popular nas decisões políticas e com a Revolução Industrial, é que no Brasil foi fundada, sob a soberania portuguesa, a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho<sup>2</sup>, em 1792.

Naquele período, as sociedades ainda arrastavam concepções de deficiência da Idade Moderna, com forte influência da concepção biomédica, mas gradativamente demonstravam atitudes voltadas à modificação de contextos, principalmente por meio da criação de instituições e da paulatina compreensão da educabilidade dos sujeitos com deficiência.

Na primeira metade do Século XX, o mundo foi marcado pela Revolução Russa; as duas guerras mundiais; a divisão da Alemanha; a criação de órgãos voltados ao apaziguamento e diplomacia entre países conflituosos (ONU) e as uniões com finalidades econômicas (OTAN, OEA, UE, MERCOSUL, Pacto de Varsóvia).

No Brasil, é naquele período que as instituições da Educação Superior começam a surgir e ser reconhecidas, dentre as quais destacamos: a Escola de Cirurgia da Bahia e a Médica do Rio de Janeiro, ambas criadas em 1808; as faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda, em 1827; a Escola Universitária Livre de Manaus, fundada em 1909, configurada como universidade em 1913; a Universidade Federal do Paraná, em 1913; a Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1920 e, em 1934 a Universidade de São Paulo.

Nesse ínterim, ao passo em que as perspectivas de normalização e integracionismo somavam-se às concepções de deficiência trazidas do início da Idade Contemporânea, a perspectiva biopsicossocial ganhava força, atravessando inclusive os contextos das instituições da Educação Superior.

Nos idos da década 1930, Vygotsky defendia essa perspectiva na Rússia, pressupondo que tanto os aspectos biológicos quanto os sociais promovem o desenvolvimento humano. Subsidiava-se, então, a importância de as sociedades desenvolverem e oferecerem suportes compensatórios necessários à pessoa com deficiência em todos os seus espaços, inclusive os educacionais. Esse horizonte ainda estava distante dos conhecimentos disseminados na realidade brasileira. Naquele período, predominavam parâmetros norte-americanos e europeus que sustentavam críticas aos modelos de instituições totais, com práticas segregadas e fortemente balizadas por ideais médicos.

---

<sup>2</sup> Atualmente, a Escola Politécnica (Poli-UFRJ) e o Instituto Militar de Engenharia (IME) se afirmam descendentes daquela instituição, sendo precursora do ensino superior militar e de engenharia, tanto no Brasil como no próprio continente americano.

A segunda metade do Século XX, por sua vez, foi demarcado por atentados terroristas; pela ascensão e queda do comunismo e ditadura militar (apoiada pelos Estados Unidos); por movimentos sociais conjunturais e estruturais. Dentre esses, destacam-se as organizações pelos direitos civis, representados pelos movimentos Negro, Estudantil, Feminista, de Diversidade de Gênero e Ecológico; em paralelo aos movimentos de emancipação na África e Ásia e às conquistas de direito ao voto<sup>3</sup>.

No campo dos estudos da deficiência, especificamente, também ocorreram importantes movimentos para contribuir tanto com o rompimento da perspectiva individualista, clínica e capacitista, quanto com a aproximação da perspectiva biopsicossocial e da compreensão social da deficiência. Nesse sentido, o *Disability Studies*<sup>4</sup> configura-se, até os dias atuais, como um dos movimentos mais representativos nos processos de defesa dos direitos humanos das pessoas com deficiência. Piccolo e Mendes (2012, p. 472-473), ao discorrer a respeito, colocam que:

Se é a sociedade que incapacita as pessoas com deficiência, a única forma de estas alterarem tal situação é mediante intensas lutas para transformar o estado atual de forças e assumirem o controle sobre suas próprias vidas. O novo universo gestado pelo modelo social opõe ao discurso colonizador expresso pelo saber normativo, médico, clínico e reabilitador uma práxis crítica, sociológica, política, inclusiva e contextualizada, gestando, quando interiorizada conscientemente, uma nova forma de pensar.

Concomitantemente a esses debates, a Educação Superior via sua identidade sendo abalada pelo atrofamento de sua dimensão cultural e sua concomitante expansão, popularização e realocação de suas funções, diante a novas configurações sociais e econômicas (Santos, 2013; Cabral, 2018).

Naquele período, mesmo com o advento do “Ano Internacional da Pessoa com Deficiência”, instituído em 1981, percebia-se a ascensão das perspectivas interacionista e biopsicossocial, ainda que predominassem as perspectivas religiosas e biomédicas. No Brasil, a concepção interacionista da deficiência era representada nos seguintes moldes:

Enquanto atitudes, era notável a bricolagem de perspectivas integracionistas, normalizadoras e sinais de ações inclusivas. Traços de rejeição, superproteção, assistencialismo ainda eram presentes e as pesquisas voltavam-se não apenas para tratamentos clínicos e reabilitação, mas na modificação dos contextos (Oliveira, 2004, p. 64).

Representando a “última” fase da Idade Contemporânea, o século XXI tem sido um cenário atravessado pelas sociedades líquidas; pela continuidade de atentados terroristas; por tecnologias; pela ascensão do conservadorismo; e pela polarização política. No que tange à Educação Superior, os cursos presenciais e virtuais das Instituições Públicas da Educação Superior – IPES brasileiras têm indicado uma crescente representatividade de estudantes universitários com deficiências (Inep, 2000; 2019).

---

<sup>3</sup> Sem a pretensão de esgotar o elenco de documentos daquele período, pode-se fazer uma breve compilação dos seguintes diplomas: a Declaração dos Direitos da Criança, de 1959; a Declaração sobre a Eliminação da Discriminação à Mulher, de 1967; a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, de 1975; a Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais, de 1994; a Declaração de Guatemala, de 1999 (Cabral, 2018).

<sup>4</sup> Iniciado na Inglaterra no final da década de 1960, os pressupostos do movimento dos *Disability Studies* alcançaram grande visibilidade internacional após meados dos anos de 1990, passando a compreender a deficiência de um modo contextualizado à sua ocorrência, quebrando a ideia de um padrão pré-fixado (Gavério, 2017).

No entanto, mesmo com tantos deslocamentos contextuais, coletivos e subjetivos, as concepções de deficiência têm sido atravessadas por atitudes excludentes representadas por superproteção, assistencialismo, normalização, reabilitação clínica e rejeição, à luz de perspectivas religiosas, biomédicas, integracionistas e normalizadoras. Contudo, a concepção social de deficiência tem sido fortemente defendida teórica e politicamente nos dias atuais. Conforme Leite & Lacerda (2018), essa concepção:

Interpreta a deficiência como uma condição orgânica diferenciada, associada a fatores causais de natureza social, emocional, econômica e/ou educacional que influenciam a constituição humana. Aqui, a deficiência decorre de fatores inerentes ao indivíduo e ambientais, mas para interpretá-la é necessário centralizar a análise no sujeito que a apresenta (p. 436).

Dado esse breve panorama histórico, da Antiguidade aos dias atuais, a literatura científica (Silva et al., 2018) desvela o predomínio de três tipos de concepções relacionadas à deficiência: (a) Concepção Metafísica<sup>5</sup>: iniciada no período medieval e justificada por transcender a responsabilidade humana, com viés religioso, tende a sobrepôr ao sujeito com deficiência o ideário de ter alma demoníaca ou desígnios divinos, atrelando-se a crenças ou credences<sup>6</sup> (Pessotti, 1984); (b) Concepção Biológica: considera uma série de comprometimentos no organismo decorrentes de padrões genéticos diferenciados, de lesões neurais, de malformações hereditárias e/ou de outras ocorrências que levam a um funcionamento diferenciado do organismo físico do sujeito – sobreposto na ideia de normal e patológico (Canguilhem, 2009); (c) Concepção Social: apoiada numa perspectiva histórico-cultural defende interpretar a deficiência como dinâmica, relacional e processual com base na relação entre indivíduo e contexto de sua ocorrência, que ocasiona um desenvolvimento humano diferenciado, ajustável em função das expectativas e de atitudes dirigidas a ele, deixando de ser um fato exclusivamente natural (Leite, 2017).

Essas concepções de deficiência são transversalizadas por outras marcas como: raça, gênero, idade, classe social, orientação sexual, religião, posicionamentos políticos, dentre outros aspectos que, por sua vez, culminam em atitudes sociais distintas. Diante disso, faz-se necessário refletir a designação atribuída a esses sujeitos pelo que lhes é ausente ou diferente, seja no campo sensorial, motor, cognitivo e/ou comportamental. Dito de outro modo, a condição de deficiência ganha, a priori, a supremacia quando comparada às outras características identitárias, “deixando de considerar seu gênero, sua sexualidade, sua classe social, sua pertença cultural, e tomando-a como deficiente” (Angelucci, 2014, p. 121). Isso porque, ocorre a “expectativa de que a pessoa com deficiência se [assemelhe] ao não deficiente, como se fosse possível ao homem o ‘ser igual’ e como se ser diferente fosse razão para decretar a menor valia enquanto ser humano e ser social.” (Aranha, 2001, p. 17).

---

<sup>5</sup> Concepção metafísica pode ser compreendida, ainda, como “qualquer sistema filosófico voltado para uma compreensão ontológica, teológica ou suprassensível da realidade” (Houaiss; Villar, 2009, p. 1281).

<sup>6</sup> Com base em Houaiss e Villar (2009) é possível relacionar a definição de crença à convicção de que algo seja como certo ou verdadeiro com base em doutrinas, ensinamentos sagrados ou coisas compatíveis e coerentes com a reflexão racional. Credence, por sua vez, é a qualidade ou estado de quem acredita em superstições de origem popular, sem base em religiões institucionalizadas e, por isso, sem a sua sanção.

Nesse cenário, importa que seja considerada a atual configuração de sociedades predominantemente competitivas, em que a disputa e relações de poder se sobrepõem à cooperação e à subjetividade individual e social. Faz-se necessário, portanto, que debates e revisões críticas acerca das concepções e ações voltadas a pessoas com deficiência sejam promovidos nos diferentes contextos sociais, históricos e culturais.

Particularmente, é fundamental que tais discussões sejam fomentadas no âmbito da Educação Superior e suas interfaces, por ser um importante *locus* de formação de futuros profissionais, sejam eles com ou sem deficiências, que atuarão in/diretamente com esse segmento populacional que, nos últimos anos, têm adentrado esse cenário inclusive em função das recentes políticas de ações afirmativas (Inep, 2000; 2019). Emergem-se, assim, dificuldades de se apreender a compreensão atual do fenômeno da deficiência, especificamente à luz das concepções de estudantes universitários com essa condição e demarcação social.

Nesse direcionamento, o artigo em tela buscou identificar e analisar as atuais concepções de deficiência de estudantes com deficiência matriculados em cursos de graduação e de pós-graduação de Instituições Públicas da Educação Superior. Em especial, as linhas que seguem trazem para o debate, considerações sobre como esses sujeitos se percebem e os eventuais reflexos de se configurarem como pessoas com deficiência em suas trajetórias acadêmicas.

## Procedimentos metodológicos

Respeitando-se os aspectos éticos da pesquisa, trata-se de uma investigação de larga escala, de caráter quantitativo e qualitativo.

No âmbito de duas Instituições Públicas da Educação Superior (IPES) do Estado de São Paulo, sendo uma da esfera estadual (IPES\_E) e uma da esfera federal (IPES\_F), os dados foram coletados por meio de um formulário online, composto por duas seções principais: 1) Caracterização do/a Participante<sup>7</sup>; e 2) a Escala Intercultural de Concepções de Deficiência – EICD (cujas propriedades métricas estão publicadas em Leite et al., 2021).

A primeira sessão do instrumento, possibilitou a constatação da participação de 81 universitários que se autodeclararam com deficiência. Dentre esses: 13 estudantes (16%) com Deficiência visual; um com Cegueira (1%); um com Baixa Visão (1%); 11 com Deficiência física (13%); um com Síndrome de Larsen (1%); 18 com Deficiência Auditiva (22%); quatro Surdos (5%); quatro com Transtorno de Espectro do Autismo (5%); nove com alterações de ordem visual (11%)<sup>8</sup>; dois não

---

<sup>7</sup> Questões sociodemográficas (ano de nascimento; gênero; nome da instituição e do campus); tipo de curso (graduação ou pós-graduação) e nome do curso; grande área (humanas, biológicas e exatas), ano de ingresso na instituição e ano do curso; estado e país de origem; autodeclaração se é ou não uma pessoa com deficiência e qual a sua deficiência).

<sup>8</sup> Incluiu-se nessa categoria: Visão monocular, Daltonismo, Miopia e Uso de óculos.

informaram (2%); dois com Dificuldade de Aprendizagem (3%); 12 com Transtorno Funcional Específico (15%)<sup>9</sup> e quatro com Transtorno Mental (5%)<sup>10</sup>.

É oportuno mencionar que algumas das categorias citadas não são classificadas na realidade brasileira como deficiência, incluem-se aqui: alterações de ordem visual e dificuldade de aprendizagem. Por outro lado, apesar de não ser muito comum, a classificação de transtorno mental foi associada à deficiência, na interpretação da Lei Brasileira de Inclusão, no espectro de impedimento mental, nos seguintes termos:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015, Art. 2º).

Nota-se, portanto, a dificuldade e confusão de nomenclatura e classificação de diferentes condições físicas, sensoriais, cognitivas e/ou comportamentais por parte dos participantes, fato também constatado em outras pesquisas (Cabral, 2013; Ciantelli & Leite, 2022; Fossey et al., 2017; Lima, 2013; Moriña, Molina & Cortés-Vega, 2018; White, Summers, Zhang & Renault, 2014).

Cumprido destacar, nesse processo de identificação dos participantes, que parte dos estudantes com deficiência acabam não se declarando como sendo parte deste público, sugerindo que alguns estudantes desconhecem a necessidade da autodeclaração, “atrelado talvez ao fato de que as pessoas desconhecem critérios que definem a condição ou mesmo o conceito de deficiência, em virtude de ser um fenômeno complexo e multideterminado” (Silva, Martins & Leite, 2018, p. 10). Menciona-se que o estudo retratado faz parte de uma pesquisa maior que conta com o parecer favorável do Comitê de Ética (CAAE: 84374018.2.1001.5398).

Com média de idade de 30 anos (em um intervalo de 18 a 56 anos), foi percebida uma equilibrada distribuição estatística entre participantes que se autodeclararam do gênero feminino (50,6%) e do gênero masculino (48,1%), além de 1,2% que se declarou como “outro” não especificado. Com média do tempo de matrícula de um ano e meio, participaram da pesquisa estudantes da graduação (49,4%) e da pós-graduação (50,6%).

A segunda sessão do instrumento é representada pela EICD, do tipo Likert, na qual para cada um dos 43 enunciados afirmativos que abordam as concepções de deficiência (17 para a concepção biológica, 15 para a social e 11 para a metafísica), o participante poderia assinalar, por enunciado: discordo totalmente (1); discordo (2); nem concordo nem discordo (3); concordo (4) ou concordo totalmente (5). Para a compreensão da análise do presente estudo, considere-se tabela a seguir, a qual apresenta a distribuição dos intervalos de confiança para valores de concordância e discordância em relação a cada concepção de deficiência:

---

<sup>9</sup> Incluiu-se nessa categoria: Dislexia, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Dificuldade de concentração.

<sup>10</sup> Segundo o DSM – V (p. 20), o “Transtorno Mental é uma Síndrome caracterizada por perturbação clinicamente significativa na cognição, na regulação emocional ou no comportamento de um indivíduo que reflete uma disfunção nos processos psicológicos, biológicos ou de desenvolvimento subjacentes ao funcionamento mental [...]”. Incluiu-se nessa categoria: Transtorno de Ansiedade, Ansiedade Generalizada, Depressão e Esquizofrenia.

**Tabela 1***Intervalos de valores de concordância e discordância por concepção de deficiência:*

Concepções	Discordância	Tendência à discordância	Tendência à concordância	Concordância
Biológica	17 a 34	35 a 42,4	42,5 a 67	68 a 85
Social	15 a 30	31 a 37,4	37,5 a 59	60 a 75
Metafísica	11 a 22	23 a 27,4	27,5 a 43	44 a 55

*Nota.* Elaboração própria, com base nos dados coletados, por meio da aplicação da Escala Intercultural de Concepções de Deficiência (EICD).

Os dados quantitativos foram tabulados, codificados e transportados para o software de análise estatística IBM SPSS versão 20. As inferências possibilitaram análises descritivas à luz da literatura nas áreas da Ciências Sociais e Políticas, Psicologia, Antropologia, Educação, Educação Especial e áreas afins.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em primeira análise, ao considerarmos a própria caracterização dos participantes, apresentada nos procedimentos metodológicos da pesquisa, é possível inferir três interessantes diferenças: a) aqueles que, à luz dos critérios normativos nacionais, se declararam como pessoas com deficiência; b) os que extrapolaram tais critérios, considerando seus transtornos, suas diferenças, suas dificuldades para enxergarem-se pertencentes a esse grupo populacional; e c) os que, mesmo se declarando como pessoa com deficiência, optaram por não a especificar.

Essas particularidades reportam a alguns questionamentos: que influências, critérios e compreensões baseiam a autopercepção desses participantes para considerarem-se, ou não, pessoas com deficiência? Ainda que alguns sujeitos não apresentem características de deficiência conforme previsto no arcabouço de normativas nacionais vigentes, o que os leva a se declararem como pessoas com essa condição? Aspectos socioeconômicos, estigmas sociais e necessidade de suportes não necessariamente atrelados ao que seja considerado deficiência, podem motivar um indivíduo a declarar-se como parte desse segmento populacional? E aqueles que não declaram sua condição, ainda que necessitem de adequações contextuais, porque preferem ficar no anonimato, no silêncio?

Esse processo, que demonstra distintas compreensões sobre deficiência, é balizado sobre os conceitos circulantes sobre essa condição, a depender se tendem à concepção Social, Metafísica ou Biológica. Essa possibilidade incitou a análise subsequente, culminando na identificação descritiva das concepções da amostra de participantes levantadas por meio da aplicação da EICD:

**Tabela 2***Descritivos das concepções de deficiência na amostra geral*

	<b>Social</b>	<b>Metafísica</b>	<b>Biológica</b>
<b>Média</b>	<b>46,74*</b>	<i>17,35**</i>	<b>51,65*</b>
<b>Mediana</b>	45	13	52
<b>Desvio Padrão</b>	14,1	9,1	15,2

\* Em negrito escores que atingiram tendência à concordância.

\*\* Em itálico escores que atingiram a discordância.

Os resultados indicaram que os participantes tendem a concordar com a concepção biológica da deficiência ( $\mu=51,65$ ), seguida daqueles com significativa aproximação à concepção social ( $\mu=46,74$ ). Contudo, o alto desvio padrão ( $dp = 14,1$  e  $dp = 15,2$ ) sugere a heterogeneidade e a divergência de opiniões sobre ambas as concepções, mostrando que o conceito é instável e passível de diferentes interpretações. Em relação aos enunciados da concepção metafísica, a amostra apresentou discordância ( $\mu=17,35$ ) estatisticamente homogênea ( $dp = 9,1$ )<sup>11</sup>.

Esses resultados aproximam-se das reflexões de Bock e Nuernberg (2018), que evidenciam a importância do modelo biomédico ou concepção biológica da deficiência, sobretudo no que tange o desenvolvimento de conhecimentos científicos. Contudo, os autores sugerem que esse movimento ainda carrega a ideia de que o corpo do sujeito com deficiência torna-se passível de correção, conserto ou cura, sugerindo uma tendência à busca pela normalidade determinada organicamente e culturalmente para diferenciar os diferentes grupos sociais, denotando à deficiência o status de anormal.

Assim, há nessa perspectiva um viés individual da deficiência, na qual a diferença significativa, o desvio ou anormalidade é medida por meio de critérios estatísticos, de parâmetros estruturais/funcionais, denotando um mau funcionamento, associado à métrica a aproximação ou o distanciamento de um modelo ideal de sujeito: “jovem, do gênero masculino, branco, cristão, heterossexual, física e mentalmente perfeito, belo e produtivo” (Amaral, 1998, p. 14).

Esse dado é sensível e preocupante, pois pode sugerir uma perspectiva capacitista, inclusive no campo educacional: quando é/são identificada(s) determinada(s) dificuldade(s) na aprendizagem e/ou diagnóstico(s) de deficiência, tende-se a uma medicalização e assistencialismo, numa centralidade situacional apenas sobre um indivíduo; e quando é apresentado um bom desempenho na aprendizagem, tende-se a conceber uma representação social de “vitorioso”, “herói”, e que superou todas as barreiras, ultrapassando os limites de sua deficiência.

Esse panorama mostra-se tangenciado por paradoxos sobre a relação entre a autodeclaração e a concepção de deficiência e a insistente manutenção da perspectiva biologizante nos dias atuais. A deficiência, compreendida como um fenômeno processual, tem seu entendimento coletivo influenciado pelas transformações históricas, políticas, econômicas, sociais e culturais. Concomitantemente, as perspectivas e/ou comportamentos frente a pessoas com deficiência são implicadas nas relações sociais, orientando as atitudes sociais.

<sup>11</sup> Todas as concepções tiveram casos de pontuação máxima e, portanto, concordância total com a respectiva concepção. Por outro lado, diferentemente das concepções metafísica e biológica, a concepção social obteve casos de pontuação mínima, ou seja, nenhum estudante discordou totalmente dessa concepção.

O ato de posicionar-se e reconhecer-se na categoria de pessoa com deficiência, portanto, em contextos inconstantes de compreensão sobre essa condição, envolve um complexo processo subjetivo, o qual tende a desvelar (des)informações, estigmas e preconceitos recalcados ao longo de suas respectivas histórias de vida, culminando em possíveis atitudes de negação e, por vezes, de anonimato (Marinho & Omote, 2016; Martins, Leite & Ciantelli, 2018).

Identificar concepções predominantemente biologizantes dentre a população universitária com deficiência, mesmo nos dias atuais, cuja perspectiva internacional visa a perspectiva biopsicossocial, sugere algumas ponderações: (a) a possível desinformação e apropriação dessa população sobre seus próprios direitos; (b) a subjeção dos corpos às culturas de caráter predominantemente neoliberais, que incitam o ideal de corpo e de normalização; (c) o reforço de identidades deficientes, que suplantam outros marcadores como gênero, sexualidade, etnia, raça e classe socioeconômica (Piccolo & Mendes, 2012; Angelucci, 2014; Gavério, 2017; Ciantelli & Leite, 2022; Durantes, Tavares, Portes & Gesser, 2020).

Por outro lado, quando os dados referentes à concepção social indicam importante significância estatística, é possível inferir sinais consideráveis de que o modelo social de deficiência está em curso, sobretudo quando consideramos, antropológicamente, a perspectiva sócio-histórica e cultural no processo de construção política-identitária reforçada, sobretudo nas últimas décadas, pelos Disability Studies.

Não sejamos ingênuos, mesmo em uma sociedade líquida, conforme indicava Bauman (2005), a ânsia por aprovações coletivas pode ter incitado o exercício de posicionamentos “politicamente corretos”, influenciando diretamente sobre as atuais respostas dos participantes da presente pesquisa. Nessa perspectiva, compreende-se que acordar com enunciados relacionados à concepção social não isenta os sujeitos de recalcarem atravessamentos estigmatizantes, estereotipantes e preconceituosos. Estamos perigosamente diante de uma questão ética: nem sempre há coerência entre as linguagens de expressão e o que se pensa, uma vez que prática e relatos podem ser orientados por processos psíquicos e/ou sociais diferentes entre si (Spinoza, 2007; Deleuze & Guatarri, 2014).

As inquietações advindas no processo de análise dos dados são reforçadas quando constatada a concordância, de alguns participantes, em relação a enunciados correspondentes à concepção metafísica de deficiência. Ora, uma vez que na atualidade defende-se a perspectiva biopsicossocial da deficiência, quando constatada uma concepção predominante na Idade Antiga e na Idade Média, inclusive na compreensão de estudantes que estão na Educação Superior, alerta-se para os desafios que se apresentam diante do processo de se desvencilhar a deficiência de preceitos religiosos, místicos, míticos e transcendentais.

Conforme explicitado por Leite (2017, p. 35), essa concepção compreende a deficiência como um “fenômeno posto, que pouco depende da atuação do homem”, conotando uma perspectiva naturalizante e estática da deficiência. Ainda, essa compreensão despotencializa a transformação dos valores morais e éticos da sociedade, uma vez que recorre a esfera religiosa, essencialmente de matriz cristã, para explicitar os causais da deficiência, impedindo assim a emancipação e legitimação desses sujeitos em todas as esferas sociais, já que estão sob julgamento de um poder maior – extra-humano.

Em meio a tantos atravessamentos, valoriza-se os estudantes que optaram pela defesa de uma concepção social de deficiência, talvez até no compromisso social de tentar resistir à demarcação

coletiva dessa diferença com inferioridade (Leite et al. 2021). Cumpre destacar, contudo, que a problematização aventada em uma perspectiva sociológica e antropológica não visa negar ou reduzir a importância dos avanços nas áreas biomédicas de conhecimento, tampouco as crenças e culturas que enriquecem a humanidade em sua diversidade.

Superar as compreensões biologizantes e metafísicas significa, no bojo das discussões aqui apresentadas, reforçar a necessidade de compreender a deficiência como síntese de múltiplas determinações (pessoais, sociais, ambientais, culturais) implicadas no processo de subjetivação e legitimação de direitos das múltiplas e híbridas identidades presentes nas sociedades e culturas, assim como raça, gênero, idade, classe social, orientação sexual, religião (Diniz, 2007; Canclini, 2015; Bock & Nuernberg, 2018).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito dos estudos antropológicos sobre a deficiência, o texto em tela apresenta a interdisciplinaridade entre as Ciências Sociais, a Psicologia, a Educação e as Ciências Exatas na compreensão das dimensões relacionais, políticas e históricas.

Ao retratar um cenário histórico da Educação Superior e a transversalidade das concepções de deficiência ao longo dos séculos, o texto buscou traçar, por meio de investigação em larga escala, um panorama sócio-histórico e cultural referente aos posicionamentos de estudantes de cursos de graduação e pós-graduação diante de enunciados que retratam três concepções de deficiência circulantes na sociedade em geral: a concepção biológica, a social e a metafísica.

Compreendendo que a condição de deficiência incita diferentes compreensões, experiências, dilemas morais, éticos e metodológicos, destaca-se que os resultados da pesquisa revelam o desconhecimento e confusão por parte desses estudantes sobre o conceito de deficiência, muitas vezes colocando tipificações ou nomenclaturas, que não são classificadas como deficiência no Brasil.

Ademais, os achados numéricos demonstraram que os participantes tendem a concordar mais com a concepção biológica seguida da concepção social de deficiência e a discordarem da concepção metafísica para interpretá-la.

Esperava-se que a amostra estudada concordasse mais com a concepção social de deficiência, por acreditar que ocupar os bancos da universidade pública, que busca a defesa de um ensino crítico, preocupado na emancipação do sujeito, implicasse na desconstrução de um modelo biológico e considerasse a deficiência como mais uma das diferenças humanas, em que o contexto procurasse acolher e se ajustar às alterações fisiológicas, estruturais, sensoriais e/ou comportamentais no reconhecimento da pluralidade.

Essa busca destoa das desqualificações de tais alterações, que acabam por produzir aos sujeitos que se encontram na condição de pessoas com deficiência, a ideia de inaptas, ineficientes, improdutivas, dentre tantos outros adjetivos relativos à inferioridade social.

Tal fato é evidenciado ao realizarmos uma digressão histórica da análise da contextualização da deficiência, desde períodos mais remotos até dias atuais, no qual observa-se a presença constante de

forças opostas as estruturas e modelos sociais dominantes na luta por mudança de perspectivas e paradigmas para que pessoas classificadas nessa condição pudessem ser respeitadas, valorizadas e compreendidas como cidadãos de direitos e deveres. Todavia, no contraponto, práticas discriminatórias ainda são frequentes nos dias de hoje, refletindo resquícios de ações e atitudes segregadoras e excludentes, enraizadas por ideais místicos, religiosos, transcendentais, médicos, normalizadores, patológicos, presentes nas sociedades.

Temos assim que o modo com que a sociedade pensa e age em relação as pessoas com deficiência influencia e orienta as ações planejadas e a elas praticadas, o que denota a importância de analisar as diferentes concepções de deficiência, com o intuito de promover mudanças destes conceitos visando a redução dos estigmas, dos preconceitos e da discriminação ainda sofridos por estes sujeitos.

Esses dados confirmam a necessidade de os diversos espaços sociais e, particularmente a Educação Superior, prover oportunidades de ensino, pesquisa e extensão que favoreçam o envolvimento cooperativo entre os atores das comunidades acadêmicas: docentes, técnicos administrativos e estudantes, sejam eles com ou sem deficiências. Essas atividades poderão desmistificar concepções equivocadas, bem como prover atitudes positivas, o empoderamento e a legitimação de direitos das pessoas com deficiência, garantindo-lhes condições para sua autonomia e pertencimento ao longo de sua trajetória acadêmica e de vida.

Além disso, a realização de sensibilização e conscientização sobre a temática, através de cursos, formações, palestras, fóruns, rodas de conversa, campanhas, grupos de intervenção, sob a mediação crítica e reflexiva de educadores e psicólogos podem contribuir para um maior senso de responsabilidade social, para a formação de profissionais mais comprometidos, responsáveis e conscientes com o seu meio e com os seus pares, para a redução de barreiras de acessibilidade, para a desconstrução das barreiras atitudinais, para a construção de redes de apoio, para mudanças de atitudes e práticas, para um maior acolhimento às diferenças e sentimento de pertencimento desses sujeitos na universidade.

Por fim, enquanto pesquisadores e defensores de uma sociedade mais equânime, cumpre, nessas linhas, informar, questionar, dar visibilidade e refletir criticamente sobre um tema concreto, mais ainda muito atravessado por um discurso enviesado pelo socialmente aceito, dando destaque aos dizeres e posicionamentos das pessoas com deficiência, que ocupam, na história atual, os níveis mais elevados de ensino.

## REFERÊNCIAS

Amaral, L. (1998). *A Deficiência, vida e arte* [Tese de Livre Docência, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/t.47.2014.tde-15122014-101830>

Angelucci, C. B. (2014). Medicalização das diferenças funcionais – continuidades nas justificativas de uma educação especial subordinada ao diagnóstico. *Nuances: estudos sobre Educação*, 25(1), 116-134. <http://dx.doi.org/10.14572/nuances.v25i1.2745>

Aranha, M. S. F. (2001). Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, 11(21), 160-173.

Bauman, Z. (2005). *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. (Carlos Alberto Medeiros, trad.). Zahar.

Baremblit, G. (2002). *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática* (5a ed.). Instituto Felix Guatarri.

Barrett, S. R. (2015). *Antropologia: guia do estudante à teoria e ao método antropológico*. Tradução de (Fábio Creder, trad.). Vozes.

Bock, A. M. B. (2004). A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para a psicologia atual. *Psicol. Am. Lat.*, (1). [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870-350X2004000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2004000100002&lng=pt&nrm=iso)

Bock, G. L. K., & Nuernberg, A. H. (2018). As concepções de deficiência e as implicações nas práticas pedagógicas. *Anais do VII Congresso de Educação Básica* (COEB), Prefeitura de Florianópolis. <https://adeserracatarinense.com.br/wp-content/uploads/2020/12/Concep%C3%A7%C3%B5es-de-defici%C3%Aancia-e-as-implica%C3%A7%C3%B5es-nas-pr%C3%A1ticas-pedagogicas.pdf>

Brasil (2015, 2 de julho). Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CP nº 02/2015, de 1º de julho de 2015*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. *Diário Oficial da União*, (124), 8-12. [http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/res\\_cne\\_cp\\_02\\_03072015.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/res_cne_cp_02_03072015.pdf)

Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 92/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Senado Federal. <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/522095>

Brasil (2015). Presidência da República. *Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)

Cabral, L. S. A. (2013). *Orientação acadêmica e profissional dos estudantes universitários com deficiência: perspectivas internacionais*. 217 f. Tese (Doutorado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Cabral, L. S. A. (2018). Políticas de ações afirmativas, pessoas com deficiência e o reconhecimento das identidades e diferenças no ensino superior brasileiro. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas/Education Policy Analysis Archives*, v. 26, p. 57-01-33.

Canclini, N. G. (2015). *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. (4a ed., Heloíza Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa & Gênese Andrade, trad.). Edusp.

Canguilhem, G. (2009). *O normal e o patológico* (7a ed., Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas, trad.). Forense Universitária.

Chomsky, N. (2017). *Quem manda no mundo?* (Renato Marques, trad.). Planeta.

Chudnovsky, V. E. (1988). Problema subjektivnosti v svete sobremennyx zadach psykjologii vospitaniya [The problem of subjectivity in the light of the current tasks of the educational psychology]. *Voprosy Psykjologii [Questions of Psychology]*, 6, 34-47.

Ciantelli, A. P. C., & Leite, L. P. (2022). Psicologia e Inclusão: Uma proposta de intervenção aos estudantes com deficiência no Ensino Superior. *Educação E Filosofia*, 36(76), 97–132. <https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v36n76a2022-60803>

Deleuze, G., & Guattari, F. (2014). *Kafka: por uma literatura menor* (Cíntia Vieira da Silva, trad.). Autêntica.

Diniz, D. (2007). *O que é deficiência?* Brasiliense.

Durante, A. M., Tavares, A. H., Portes, J. R. M. P., & Gesser, M. (2020). Percepções sobre a deficiência entre os estudantes de Psicologia. *Revista Subjetividade*, 3(20), e9948. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20i3.e9948>

Fossey, E., Chaffey, L., Venville, A., Ennals, P., Douglas, J., Bigby, C. (2017). Navigating the complexity of disability support in tertiary education: perspectives of students and disability service staff. *International Journal of Inclusive Education*, 21(8), 822-832. <http://doi.org/10.1080/13603116.2017.1278798>

Gavério, M. A. (2017). Nada sobre nós, sem nossos corpos! O local do corpo deficiente nos disability studies. *Revista Argumentos*, 14(1), 95-117. <http://portal.amelica.org/ameli/jatsRepo/363/3631546004/3631546004.pdf>

González Rey, F. (2012). O social como produção subjetiva: superando a dicotomia individuo-sociedade numa perspectiva cultural-histórica. *ECOS – Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 2(2), 167-185. <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1023>

Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira (2000). Sinopse Estatística da Educação Superior 2000. INEP. [https://download.inep.gov.br/download/censo/2000/Superior/sinopse\\_superior-2000.pdf](https://download.inep.gov.br/download/censo/2000/Superior/sinopse_superior-2000.pdf)

Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira (2019). *Sinopse Estatística da Educação Superior 2019*. INEP. <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>

Leite, L. P. Análise dos estudos realizados sobre a deficiência na trajetória acadêmica. Livre docência não publicada, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 46f., 2017.

Leite, L. P., Cardoso, H. F., & Oliveira, T. de. (2021). Escala Intercultural de Concepções de Deficiência: Construção e Estudos Psicométricos. *Revista Brasileira De Educação Especial*, 27, e0208. <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0208>

Leite, L. P.; Lacerda, C. B. F. (2018). A construção de uma escala sobre as concepções de deficiência: procedimentos metodológicos. *Psicologia USP*, vol. 29. n. 3, p. 432-441.

Le Goff, J. (2015). *A história deve ser dividida em pedaços?* (Nícia Adan Bonatti, trad.). Ed. Unesp.

Lima, U. T. S. de (2013). *Inclusão do aluno com deficiência no ensino superior em saúde nas universidades públicas do estado de Alagoas: atores, realidade e práticas*. [Dissertação de Mestrado em Ensino da Saúde, Universidade Federal de Alagoas]. <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/1310>

Marinho, C. C., & Omote, S. (2016). Concepções: educação inclusiva e educação especial. *Journal of Research in Special Educational Needs*, 16, 313-317. <http://doi.org/10.1111/1471-3802.12153>

Martins, S. E. S. de O., Leite, L. P., & Ciantelli, A. P. C.. (2018). Mapeamento e análise da matrícula de estudantes com deficiência em três Universidades públicas brasileiras. *Psicologia Escolar e Educacional*, 22(spe), 15–23. <https://doi.org/10.1590/2175-35392018033>.

Mello, L. G. (2015). *Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas* (20a ed.). Vozes.

Moriña, A., Molina, V. M., & Cortés-Vega, M. D. (2018). Voices from Spanish students with disabilities: willpower and effort to survive university. *European Journal of Special Needs Education*, 33(4), 481-494. <http://doi.org/10.1080/08856257.2017.1361138>

Oliveira, A. A. S. (2004). O conceito de deficiência em discussão: representações sociais de professores especializados. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 10(1), 59-74. [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382004000100006&lng=pt&tlng=pt](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382004000100006&lng=pt&tlng=pt)

Pernoud, R. (1996). *Luz sobre a Idade Média*. Europa-América.

Pessotti, I. (1984). *Deficiência mental: da superstição à ciência*. Edusp.

Piccolo, G. M., & Mendes, E. G. (2012). Contribuições interacionistas a um pensar sobre a deficiência. *Atos de Pesquisa em Educação*, 7(4), 1158-1178. <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2012v7n4p1178>

Pleger, W. (2019). *Manual de antropologia filosófica: os conceitos mais importantes de Homero a Sartre*. (Diego Kosbiau Trevisan, trad.). Vozes.

González Rey, F. (2013). La subjetividad en una perspectiva histórico-cultural: avanzando un legado inconcluso. *CS*, (11), 19-42. <http://doi.org/10.18046/recs.i11.1565>

Santos, B. S. (2013). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade* (14a ed.). Cortez.

Silva, O. M. da (1986). *A Epopéia Ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje*. CEDAS.

Silva, K. C. da, Oliveira, S. M. E. S. de, & Leite, L. P. (2018). Enrollment of special education students in a Brazilian public university. *Education Policy Analysis Archives*, 26, 44. <https://doi.org/10.14507/epaa.26.3247>

Spinoza, B. de (2016). *Ética*. (3a ed., Tomaz Tadeu, trad.). Autêntica.

Valdés, M. T. M. (2006). *Inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior no Brasil: caminhos e desafios*. EdUECE.

Vigotski, L. S. (2007). *A formação Social da Mente* (José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto & Solange Castro Afeche, trad.). Martins Fontes.

Vygotsky, L. S. (1997). *Obras Escogidas: Fundamentos de defectologia* (Vol. 5). Visor (original publicado em 1983).

White, G. W., Summers, J. A., Zhang, E., & Renault, V. (2014). Evaluating the Effects of a Self-Advocacy Training Program for Undergraduates with Disabilities. *Journal of Postsecondary Education and Disability*, 27(3), 229–250. <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1048818.pdf>

**CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS** (especificar cada contribuição, de acordo com as normas da revista: CREDIT (Contributor Roles Taxonomy) que é mantido pelo [Consortia for Advancing Standards in Research Administration Information](#) (CASRAI) Exemplos abaixo:

**Autora 1** – Coordenadora do projeto, participação ativa na análise dos dados e revisão da escrita final.

**Autor 2** – Análise dos dados, escrita do texto e revisão final.

**Autor 3** – Análise dos dados, escrita do texto e revisão final.

#### **DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE**

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.